

Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018 e 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	9
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da
Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais
Paranaguá - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 27 de novembro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR


João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	14.407	10.385	Fornecedores	13 (d)	13.163	3.482
Contas a receber de clientes	10	10.664	5.942	Financiamentos e empréstimos	15	75.617	29.932
Impostos a recuperar		89	157	Valores a pagar pelo sinistro		1.964	1.709
Outras contas a receber		1.531	1.395	Arrendamento mercantil	19	225	171
Outros ativos		289	303	Impostos e contribuições a recolher	17	3.077	3.157
		<u>26.980</u>	<u>18.182</u>	Salários e férias a pagar	16	3.296	3.049
				Dividendos a pagar	11	2.577	2.641
				Outras contas a pagar		93	239
						<u>100.012</u>	<u>44.380</u>
Não circulante				Não circulante			
Partes relacionadas		-	11	Financiamentos e empréstimos	15	-	28.644
Impostos a recuperar		729	474	Valores a pagar pelo sinistro		-	1.964
Propriedades para investimento	12	8.300	8.300	Arrendamento mercantil	19	-	217
Imobilizado	13	156.504	153.955	Mútuos com coligadas	11	2.840	2.840
Intangível	14	8.391	11.480	Provisão para contingências	25	-	483
		<u>173.924</u>	<u>174.220</u>	Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	13.978	12.615
				Outras contas a pagar		6	11
						<u>16.824</u>	<u>46.774</u>
				Patrimônio líquido			
				Capital social	20	46.404	46.404
				Reservas de lucros		24.106	40.572
				Ajuste de avaliação patrimonial		13.558	14.272
						<u>84.068</u>	<u>101.248</u>
		<u>200.904</u>	<u>192.402</u>			<u>200.904</u>	<u>192.402</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Receita líquida de vendas	21	108.797	106.643
Custos dos serviços prestados	22	<u>(72.766)</u>	<u>(68.834)</u>
Lucro bruto		36.031	37.809
Receitas (despesas) operacionais			
Vendas	22	(423)	(398)
Administrativas e gerais	22	(11.367)	(11.668)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		<u>76</u>	<u>(43)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		<u>24.317</u>	<u>25.700</u>
Receitas financeiras	23	590	1.265
Despesas financeiras	23	<u>(8.969)</u>	<u>(10.086)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(8.379)</u>	<u>(8.821)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		15.938	16.879
Imposto de renda e contribuição social - diferido	18 (b)	(571)	898
Imposto de renda e contribuição social - corrente	18 (b)	<u>(4.961)</u>	<u>(6.658)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>10.406</u></u>	<u><u>11.119</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	10.406	11.119
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>10.406</u></u>	<u><u>11.119</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	<u>Reservas de lucros</u>			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2016	46.404	1.977	29.154	12.829	-	90.364
Realização do custo atribuído, líquido de impostos	-	-	(1.443)	1.443	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	11.119	11.119
Reversão da destinação do lucro de exercícios anteriores	-	-	-	-	2.406	2.406
Destinações:						
Reserva legal	-	556	-	-	(556)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(2.641)	(2.641)
Reserva para retenção de lucros	-	-	10.328	-	(10.328)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	46.404	2.533	38.039	14.272	-	101.248
Realização do custo atribuído, líquido de impostos	-	-	714	(714)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	10.406	10.406
Distribuição de dividendos de exercícios anteriores (ata AGE de 18/12/2018)	-	-	(25.115)	-	-	(25.115)
Destinações:						
Reserva legal	-	520	-	-	(520)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(2.471)	(2.471)
Reserva para retenção de lucros	-	-	7.415	-	(7.415)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	46.404	3.053	21.053	13.558	-	84.068

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Notas	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		15.938	16.879
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pela atividades operacionais			
Depreciação e amortização	13 e 14	12.155	11.174
Custo residual do ativo imobilizado alienados ou baixados	13	1.338	1.512
Provisão para contingências	25	67	55
Juros sobre empréstimos	15	<u>7.526</u>	<u>8.830</u>
		37.024	38.450
Variações nos ativos e passivos:			
(Aumento) / redução em contas a receber	10	(4.721)	3.521
(Aumento) / redução em outros ativos		(299)	2.813
Aumento / (redução) em fornecedores		(307)	(1.516)
Redução em valores a pagar pelo sinistro		(1.709)	(929)
Aumento em contas a pagar e provisões		<u>195</u>	<u>379</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais		30.183	42.718
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(4.961)</u>	<u>(6.658)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>25.222</u>	<u>36.060</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de imobilizado	13	(2.906)	(4.349)
Aquisições de intangível	14	<u>(59)</u>	<u>(220)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		<u>(2.965)</u>	<u>(4.569)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Mútuos com partes relacionadas	11	-	(9.900)
Dividendos distribuídos	20	(27.587)	(235)
Empréstimos e financiamentos captados	15	44.000	11.647
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros pagos	15 e 19	(28.900)	(25.005)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	15	<u>(5.748)</u>	<u>(9.259)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos		<u>(18.235)</u>	<u>(32.752)</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		<u>4.022</u>	<u>(1.261)</u>
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	9	10.385	11.646
No fim do exercício	9	<u>14.407</u>	<u>10.385</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		<u>4.022</u>	<u>(1.261)</u>
Captações de financiamentos para aquisição de imobilizado	13 (d)	9.988	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais (“Martini Meat”) é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada na BR 277, KM 6, em Paranaguá - Paraná, e tem por objeto a prestação de serviços a terceiros de armazenagem em geral de carga acondicionada em containers, fardos ou sacos, bobinas, tambores ou tonéis, caixas e latas em lotes paletizados, a granel ou solta, incluídos produtos congelados e resfriados, *in natura* ou industrializados, e os serviços correlatos de movimentação de carga, pesagem, paletização, reetiquetagem, reembalagem, fumigação ou expurgo, enfardamento, ensacagem e costuras de sacos, unitização e desunitização de containers, embarque e desembarque de containers vazios e cheios. A Martini Meat possui armazéns nas localidades de Paranaguá, Ponta Grossa/PR, Itajaí/SC, Rio Grande/RS.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 27 de novembro de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 7.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 5.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2018 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 18** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Notas explicativas 25** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota explicativa 10** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota explicativa 13** - determinação das vidas úteis do ativo imobilizado;

5 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 e CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações contábeis da Companhia,

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações contábeis não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

Não houveram impactos significativos em relação a aplicação inicial destas normas.

IFRS 15 (CPC 47) - Receita de Contratos com Clientes

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30- Receitas e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Companhia adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada - isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob o CPC 30 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47, em geral, não foram aplicados à informação comparativa.

Com base na avaliação da Companhia, o valor justo e os preços de venda de serviços individuais são amplamente similares.

Para obter informações adicionais sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas ao reconhecimento de receita, consulte a Nota explicativa 7.2

CPC 48 - Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

(i) ***classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros.***

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA e VJR. A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros

O contas a receber de clientes e outros recebíveis que eram classificados como empréstimos e recebíveis de acordo com o CPC 38/IAS 39 agora são classificados ao custo amortizado.

(ii) ***Impairment de ativos financeiros***

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, o CPC 48 substitui o modelo de “perda incorrida” do CPC 38 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. De acordo com o IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38.

Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48 aumentem e tornem-se mais voláteis.

A administração realizou as avaliações necessárias na aplicação dos requisitos de classificação, mensuração e redução ao valor recuperável do CPC 48 e não identificou impacto significativo relativo à adoção da norma.

(iii) ***Transição***

A Companhia optou por não reapresentar informações comparativas dos períodos anteriores com relação aos requisitos de classificação e mensuração.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

7 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário (veja nota explicativa 5).

7.1 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

7.2 Reconhecimento da receita

Serviços prestados

A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018. As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes são fornecidas abaixo. O efeito da aplicação inicial do CPC 47 está descrito na nota explicativa 5.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 (aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018)	Reconhecimento da receita conforme o CPC 30 (aplicável antes de 1º de janeiro de 2018)
Serviços de armazenagem de carga geral	Representam serviços prestados, e tratados pelo cliente, com faturamento diverso e particular com cada cliente. A receita é reconhecida com base no estágio da realização do serviço.	A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. O estágio de conclusão para determinar o valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em medições do trabalho realizado. O preço de venda individual é determinado com base nos preços de armazenagem de cargas frigoríficas, incluindo produtos congelados e resfriados, carga-geral não frigoríficas e cargas a granel.	A receita era reconhecida proporcionalmente ao estágio de conclusão da transação na data do balanço. Se os serviços sob um único contrato eram prestados em períodos diferentes, então a contraprestação era alocada em uma base de valor justo relativo entre os diferentes serviços.

7.3 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

7.4 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros sobre contas a receber de clientes e variação cambial.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre financiamentos, e variação cambial.

7.5 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

7.6 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico (vide Nota 14), menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Itens do imobilizado	2018 e 2017
Edificações	2% a 4% a.a
Veículos e tratores	6% a 17% a.a
Máquinas e Equipamentos	8% a 17% a.a
Móveis e utensílios	10% a.a
Outros	4% a 25% a.a

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

7.7 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros - Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da
- Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Ativos financeiros - Política aplicável antes de 1 de janeiro de 2018

A Companhia classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Empréstimos e recebíveis;
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento;
- Ativos financeiros disponíveis para venda; e

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1 de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidas no resultado.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Ativos financeiros mantidos para venda Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, exceto as perdas por impairment, juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, foram reconhecidas em ORA e acumuladas na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido foram reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

7.8 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito aa Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos aa Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- Reestruturação de um valor devido aa Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido aa Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considerava evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos eram avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tinham sofrido perda de valor individualmente eram então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tinha ainda sido identificada. Ativos que não eram individualmente significativos eram avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ativo financeiro mensurado a custo amortizado

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utilizava tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais eram tais que as perdas reais provavelmente seriam maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável foi calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas foram reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considerou que não havia expectativas razoáveis de recuperação, os valores foram baixados. Caso a perda por redução ao valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição fosse relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão era revertida através do resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

7.9 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

7.10 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

7.11 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

7.12 Novas normas e interpretações não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis

Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2) tenha um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia no período de aplicação inicial

CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos

A Companhia deverá adotar o CPC 06(R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) terá sobre as demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque as novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

a. Arrendamentos em que a Companhia é um arrendatário

A Companhia reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais das instalações. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque a Companhia reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento, anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento.

A Companhia estima que reconhecerá novos ativos e passivos adicionais de arrendamento de R\$ 27.574 em 1º de janeiro de 2019.

Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40).

- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.
- IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda
- O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

8 Gestão de risco financeiro

8.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de mercado (moeda e taxa de juros); (b) risco de crédito; e (c) risco de liquidez.

Os serviços vendidos pela Companhia são predominantemente denominados em reais.

O processo de gestão de riscos de mercado tem por objetivo a proteção do fluxo de caixa da Companhia contra eventos adversos de mercado tais como oscilações de taxas de câmbio, preços de *commodities* e taxas de juros. A governança e as macrodiretrizes desse processo estão definidas na Política de gestão de riscos de mercado.

A Política de gestão de riscos de mercado é complementada por outras políticas, que estabelecem diretrizes e normas para: (i) Gestão de exposição cambial, (ii) Gestão de exposição a taxa de juros, (iii) Gestão de riscos de emissores e contrapartes e (iv) Gestão de liquidez e endividamento financeiro.

a. Risco de mercado

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros.

A Companhia possui aplicações financeiras atreladas à taxa CDI e, portanto, sensíveis às mudanças da mesma no mercado.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de financiamentos de longo prazo. Os financiamentos emitidos às taxas fixas e variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os financiamentos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

b. Risco de crédito

A Companhia possui aplicações financeiras de liquidez imediata tendo como contraparte instituições financeiras que apresentam *ratings* de crédito superiores a "A", por consequência minimizando o risco.

No caso do risco de crédito decorrente de exposições de crédito a clientes, a Companhia avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores e, adicionalmente, define limites individuais de crédito, os quais são regularmente monitorados. A Companhia reconhece provisão para deterioração do saldo a receber de clientes, sempre que necessário.

c. Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado de acordo com a política de gestão de liquidez e endividamento, visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia no prazo e sem custo adicional.

O principal instrumento de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

	Nota	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2018					
Financiamentos e empréstimos	15	75.617	-	-	-
Valores a pagar pelo sinistro		1.571	393	-	-
Arredamentos mercantis	19	124	101	-	-
Fornecedores		13.163	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2017					
Financiamentos e empréstimos	15	29.932	-	27.133	1.512
Valores a pagar pelo sinistro		1.709	1.964	-	-
Arredamentos mercantis	19	171	217	-	-
Fornecedores		3.482	-	-	-

8.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

	2018	2017
Total dos financiamentos e empréstimos (Nota 16), arrendamentos mercantis (Nota 20) e valores a pagar pelo sinistro	77.806	62.637
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	<u>(14.407)</u>	<u>(10.385)</u>
Dívida líquida	<u>(63.399)</u>	<u>(52.252)</u>
Total do patrimônio líquido	<u>84.068</u>	<u>101.248</u>
Patrimônio líquido	<u>20.669</u>	<u>48.996</u>

8.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os ativos e passivos financeiros mensurados ou divulgados ao valor justo foram classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo, que é apurado mediante informações que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

a. Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.

b. Passivos financeiros não derivativos

O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e juros incorridos, apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

9 Caixa e equivalentes de Caixa

	2018	2017
Caixa e bancos	270	79
Aplicações financeiras (i)	14.137	10.306
	<u>14.407</u>	<u>10.385</u>

(i) As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos (CDB's) e compromissadas de terceiros à taxa média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e 100% do caixa apresenta liquidez imediata.

10 Contas a receber de clientes

	2018	2017
No país	10.664	5.942
	<u>10.664</u>	<u>5.942</u>

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

Exercícios	Saldo a vencer	Saldo vencido			Total
		< 30 dias	31 - 90 dias	> 90 dias	
31/12/18	9.398	696	2	28	10.664
31/12/17	5.849	38	4	51	5.942

11 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 referem-se a contratos de mútuo da Companhia com seus acionistas e outras companhias relacionadas, de acordo com os termos descritos abaixo:

	2018		2017		Mútuos ativos não circulante
	Mútuos passivo não circulante	Dividendos a pagar	Mútuos passivos não circulante	Dividendos a pagar	
Ritmo Logística S.A. (a)	2.840	-	2.840	-	-
Celso Antonio Frare - sócio.	-	116	-	11	11
Novo Oriente Participações Ltda.- sócio	-	2.461	-	2.630	-
	2.840	2.577	2.840	2.641	11

(a) Os contratos com a Ritmo Logística S.A. possuem incidência de juros de 1% a.m.

a. Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da Administração é composto pela diretoria eleita anualmente na Assembléia Geral Ordinária - AGO.

Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 501 (R\$ 593 em 2017). A Companhia não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

A Companhia tem como acionista majoritário a Novo Oriente Participações Ltda. com 99,58% de participação do seu capital social.

12 Propriedades para investimento

Referem-se a terrenos não destinados ao uso da Companhia em sua atividade operacional, os quais são mantidos com a finalidade de se obter valorização de capital. A Companhia optou pelo método de mensuração a custo. A mensuração do valor justo dos terrenos classificados como propriedade para investimento é de R\$ 8.300. O valor justo foi definido através de pesquisa de mercado com consulta em imobiliárias independentes.

13 Imobilizado

a. Composição

	2018		2017		% Taxas médias anuais de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Edificações	106.832	(15.615)	91.217	85.888	2 a 4
Veículos e tratores	3.259	(1.424)	1.835	1.996	6 a 17
Máquinas e equipamentos	79.869	(33.459)	46.410	50.301	8 a 17
Móveis e utensílios	1.996	(1.427)	569	586	10
Obras em andamento	2.495	-	2.495	1.745	-
Terrenos	7.657	-	7.657	7.657	-
Outros	15.301	(8.980)	6.321	5.782	4 a 25
	217.409	(60.905)	156.504	153.955	

b. Movimentação

Classes do imobilizado	2017	Movimentação até 31 de dezembro de 2018				
	Líquido	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação do exercício	Líquido
Edificações	85.888	6.163	(365)	1.780	(2.249)	91.217
Veículos e tratores	1.996	46	(39)	48	(216)	1.835
Máquinas e equipamentos	50.301	4.149	(917)	(1.926)	(5.197)	46.410
Móveis e utensílios	586	163	-	(67)	(113)	569
Obras em andamento	1.745	2.014	-	(1.264)	-	2.495
Terrenos	7.657	-	-	-	-	7.657
Outros	5.782	359	(17)	1.429	(1.232)	6.321
	153.955	12.894	(1.338)	-	(9.007)	156.504
	2016	Movimentação até 31 de dezembro de 2017				
Classes do imobilizado	Líquido	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação do exercício	Líquido
Edificações	86.280	1.507	(915)	896	(1.880)	85.888
Veículos e Tratores	1.974	236	(26)	-	(188)	1.996
Máquinas e Equipamentos	52.743	851	(561)	1.929	(4.661)	50.301
Móveis e Utensílios	682	17	(10)	-	(103)	586
Obras em Andamento	3.166	1.733	-	(3.154)	-	1.745
Terrenos	7.657	-	-	-	-	7.657
Outros	7.020	5	-	-	(1.243)	5.782
	159.522	4.349	(1.512)	(329)	(8.075)	153.955

c. Revisão da vida útil estimada e recuperabilidade dos ativos

A Companhia, ao final de cada exercício social, revisa a vida útil econômica estimada do seu ativo imobilizado para fins de cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado.

Anualmente, a Companhia revisa o valor estimado de recuperação do seu ativo imobilizado. A Administração não identificou indicativo da necessidade de registro de provisão para ajuste do valor de realização (“*impairment*”).

d. Aquisição de armazém logístico frigorificado

Em 30 de abril de 2018 a Companhia adquiriu, no valor de R\$ 9.988 parcelados em 36 meses de R\$ 280 da empresa Brado Logística S.A., o armazém frigorificado localizado na cidade de Itajaí-SC, na Rodovia Jorge Lacerda, nº 600, bairro Salceiros com 7 (sete) câmaras frigoríficas, capacidade de 28.000m³ (vinte e e oito mil metros cúbicos), 17.500 (dezesete mil e quinhentas) posições-pallet, terminalde contêineres com capacidade de 540 (quinhentos e quarenta) TEU (*twenty-foot equivalente unit*) e capacidade de armazenagem seca de 48 (quarenta e oito)toneladas.

14 Intangível

a. Composição

	2018			2017	% Taxas médias anuais de amortização
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Intangível					
Àgio	3.675	-	3.675	3.675	-
Direitos de software	16.185	(11.469)	4.716	7.805	20
	19.860	(11.469)	8.391	11.480	

b. Movimentação

	2017	Movimentação até 31 de dezembro de 2018			2018
	Líquido	Aquisições	Transferência	Amortização do exercício	Líquido
Classes do intangível					
Àgio	3.675	-	-	-	3.675
Direitos de software	7.805	59	-	(3.148)	4.716
	11.480	59	-	(3.148)	8.391
	2016	Movimentação até 31 de dezembro de 2017			2017
	Líquido	Aquisições	Transferência	Amortização do exercício	Líquido
Classes do intangível					
Àgio	3.675	-	-	-	3.675
Direitos de software	10.356	220	329	(3.099)	7.805
	14.031	220	329	(3.099)	11.480

Ágio na aquisição - Refribrás Armazéns Frigoríficos Ltda.

O saldo de ágio apurado na aquisição da então controlada Refribrás Armazéns Frigoríficos Ltda., que foi incorporada pela Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais em 24 de outubro de 2011 encontra-se fundamentado na expectativa de rentabilidade futura da operação adquirida e às economias de escala esperadas da combinação de operações da Refribrás com as da Martini Meat, que não podem ser reconhecidas separadamente como um ativo intangível.

O valor de aquisição, em 13 de abril de 2010, foi de R\$ 22.000, enquanto o valor do patrimônio líquido avaliado a valor justo da controlada adquirida, resultante do exercício de identificação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 15 - Combinação de negócios, nesta mesma data, era de R\$ 18.325, apurando ágio no valor de R\$ 3.675.

15 Empréstimos e financiamentos

Modalidade (em moeda nacional)	Encargos	2018	2017
FINAME	1,18% a.m	25.262	32.493
FINIMP	2,67% a.m	759	1.578
Capital de giro	0,96% a.m	<u>49.596</u>	<u>24.505</u>
Total		<u>75.617</u>	<u>58.576</u>
Passivo circulante		<u>75.617</u>	<u>29.932</u>
Passivo não circulante		<u>-</u>	<u>28.644</u>

a. Quebra de cláusulas contratuais restritivas

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos, que, de acordo com os termos do contrato, serão pagos em parcelas nos próximos 5 anos. Contudo, determinados contratos possuem cláusulas contratuais restritivas que estabelecem o cumprimento de indicadores financeiros e não financeiros, que, se descumpridos, tornam tais empréstimos imediatamente vencíveis. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia não cumpriu com algumas cláusulas contratuais não financeiras.

Entretanto, antes da data da autorização para emissão destas informações financeiras a Companhia obteve junto aos credores as dispensas (“waivers”) necessários para restabelecer os prazos originais de vencimento.

A Companhia efetuou a reclassificação da totalidade do saldo de empréstimos e financiamentos registrado no passivo não circulante para o passivo circulante, uma vez que até 31 de dezembro de 2018 não havia obtido os referidos waivers, em atendimento ao disposto no parágrafo 74 do pronunciamento técnico CPC 26 (R1) "Apresentação das Demonstrações Contábeis". Caso os saldos de empréstimos e financiamentos não tivessem sido reclassificados seriam apresentados conforme abaixo:

b. Composição

Modalidade (em moeda nacional)	Encargos	2018	2017
FINAME	1,18% a.m	25.262	32.493
FINIMP	2,67% a.m	759	1.578
Capital de giro	0,96% a.m	<u>49.596</u>	<u>24.505</u>
Total		<u>75.617</u>	<u>58.576</u>
Passivo circulante		<u>21.917</u>	<u>29.932</u>
Passivo não circulante		<u>53.700</u>	<u>28.644</u>

c. Movimentação

	2018	2017
Saldo inicial	58.576	72.105
Novas captações	44.000	11.647
Pagamento de principal	(28.737)	(24.748)
Juros pagos sobre empréstimos	(5.748)	(9.258)
Juros provisionados sobre empréstimos	<u>7.526</u>	<u>8.830</u>
Saldo final	<u>75.617</u>	<u>58.576</u>

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamentos:

(i) Vencimentos a longo prazo

	2018	2017
2019	-	12.659
2020	22.577	6.490
2021	15.939	5.513
2022	9.344	2.471
2023	<u>5.850</u>	<u>1.511</u>
	<u>53.700</u>	<u>28.644</u>

Em 31 de dezembro de 2018 os empréstimos e financiamentos com natureza BNDES e FINAME estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor R\$ 25.261, em primeiro, segundo, terceiro e quarto grau e aval do sócio majoritário. Os empréstimos e financiamentos de capital de giro estão garantidos por aval do sócio majoritário no valor de R\$ 49.596, desse montante R\$ 20.533, estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados em primeiro grau. Os empréstimos e financiamentos com natureza FINIMP estão garantidos pelo aval do sócio majoritário no valor de R\$ 759.

16 Salários e encargos sociais

Os saldos mantidos como salários e encargos sociais são referentes a provisões trabalhistas e encargos previdenciários.

	2018	2017
Salários e férias a pagar	2.629	2.408
FGTS	144	134
INSS	461	448
IRRF	62	53
Outros	-	6
	3.296	3.049
	3.296	3.049

17 Impostos a recolher

	2018	2017
Imposto de renda	1.749	2.271
COFINS	647	357
ISS	373	294
Contribuição Social	138	142
PIS	140	77
Impostos retidos	30	16
	3.077	3.157
	3.077	3.157

18 Imposto de renda e contribuição social

a. Diferidos

Os ativos e os passivos tributários diferidos representam prejuízos fiscais e diferenças temporárias de imposto de renda e de contribuição social compensáveis ou tributáveis no futuro. Eles são calculados e classificados com base em projeções de realização e rentabilidade futura da Companhia.

A origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos é apresentada a seguir:

	2018	2017
Diferenças temporárias		
Provisão de contingências	1.231	1.211
Prejuízo fiscal e base negativa	-	860
Ágio Refribras	1.702	1.950
Custos dos empréstimos - CPC20	(371)	(572)
Ativo Imobilizado – custo atribuído	(2.871)	(3.327)
Ajustes de vida útil imobilizado (depreciação) - CPC 27	(13.271)	(11.996)
Outros	(398)	(741)
	(13.978)	(12.615)
	(13.978)	(12.615)

b. Conciliação da alíquota efetiva

Os valores são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício findo em 31 de dezembro apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal brasileira:

	2018	2017
Resultado antes dos impostos	15.938	16.879
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(5.419)	(5.739)
Adições (exclusões) permanentes e outros:		
Despesas indedutíveis	9	41
Prejuízo fiscal do exercício	(122)	(62)
Imposto de renda e contribuição social no resultado: Diferido	(571)	898
Corrente	(4.961)	(6.658)
IRPJ e CSLL no resultado	(5.532)	(5.760)
Alíquota efetiva	34,7%	34,1%

19 Arrendamento mercantil (arrendatário)

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro possuem prazo de duração de 36 a 60 meses, com cláusulas de opção de compra após essa data.

Em 31 de dezembro de 2018, os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos
Até um ano	122	2	124
Entre um a dois anos	101	-	101
	223	2	225

As taxas médias de juros dos contratos de arrendamento variam pela taxa média 0,77% ao mês para os contratos pré-fixados. Os arrendamentos são garantidos pelos próprios bens objeto dos contratos.

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o capital social é de R\$ 46.404 totalmente subscrito e integralizado, e a participação societária está composta em 46.403.767 ações com valor nominal de R\$ 1 cada, pertencentes a Novo Oriente Participações Ltda, cuja participação é de 99,58% (46.211.277 ações) e ao Sr. Celso Antonio Frare, com participação de 0,42% (192.490 ações).

b. Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Dividendos

O Estatuto Social em vigor determina a distribuição aos acionistas de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma do artigo 202 da Lei no 6.404/76. Em 18 de dezembro de 2018, houve aprovação da distribuição de dividendos aos acionistas, no montante de R\$ 25.115.

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	10.406	11.119
Reserva legal - 5%	<u>(520)</u>	<u>(556)</u>
Base de cálculo dos dividendos	9.886	10.563
Percentual de aplicação para dividendos conforme estatuto	<u>25%</u>	<u>25%</u>
Dividendos propostos	<u><u>2.471</u></u>	<u><u>2.641</u></u>

Reserva de retenção de lucros

O saldo da rubrica de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2018 será destinado ao encerramento do exercício social, à reserva de retenção de lucros para a aplicação em investimentos para o reforço do capital de giro.

21 Receita líquida de vendas

	2018	2017
Serviços prestados		
Receita de armazenamento	115.317	121.358
Receita de locação de imóveis e equipamentos	<u>8.127</u>	<u>567</u>
	<u>123.444</u>	<u>121.925</u>
Deduções		
Impostos sobre as receitas de serviços prestados	(14.463)	(15.281)
Devoluções e abatimentos	<u>(184)</u>	<u>(1)</u>
	<u>(14.647)</u>	<u>(15.282)</u>
	<u>108.797</u>	<u>106.643</u>

22 Custos dos serviços prestados e despesas com vendas, administrativas e gerais por natureza de gastos

Os custos dos serviços prestados e despesas com vendas, administrativas e gerais por natureza de gastos é o seguinte:

	2018	2017
Despesa com benefícios a empregados	(31.796)	(28.357)
Despesas de depreciação e amortização	(12.155)	(11.174)
Frete	(8.869)	(7.919)
Despesas com energia elétrica	(8.520)	(9.938)
Manutenção e reparos	(5.521)	(5.089)
Locação de imóveis e equipamentos	(5.302)	(4.021)
Serviços de terceiros	(4.412)	(5.701)
Seguros	(2.020)	(2.352)
Combustíveis e lubrificantes	(1.222)	(1.226)
Embalagens	(1.042)	(1.151)
Vigilância e segurança	(911)	(1.167)
Outros	(2.786)	(2.806)
	<u>(84.556)</u>	<u>(80.901)</u>
Reconciliação dos custos e despesas operacionais por função		
Custos dos serviços prestados	(72.766)	(68.834)
Despesas com vendas	(423)	(398)
Despesas administrativas e gerais	(11.367)	(11.669)
	<u>84.556</u>	<u>(80.901)</u>

23 Despesas financeiras, líquidas

	2018	2017
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(5.174)	(9.084)
Juros sobre operações de arrendamento mercantil financeiro	(25)	(63)
Variação cambial passiva	(2.630)	(555)
Outros	(1.140)	(384)
	<u>(8.969)</u>	<u>(10.086)</u>
Receitas financeiras		
Juros sobre ativos financeiros	577	1.132
Variação cambial ativa	13	133
	<u>590</u>	<u>1.265</u>
	<u>(8.379)</u>	<u>(8.821)</u>

24 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a. Classificação contábil

	Nota	2018		2017	
		Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros a custo amortizado	Total	Total
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	9	14.407	-	14.407	10.385
Contas a receber de clientes	10	10.664	-	10.664	5.942
Partes relacionadas	12	-	-	-	11
		25.071	-	25.071	16.338
Passivos					
Fornecedores		-	13.163	13.163	3.482
Financiamentos e empréstimos	16	-	75.617	75.617	72.105
Financiamentos de clientes - sinistro		-	1.964	1.964	9.603
Arrendamento mercantil	20	-	225	225	388
		-	90.969	90.969	66.119

b. Classificação por categorias

- **Caixa e equivalentes de caixa** - Grupo detinha 'Caixa e equivalentes de caixa' de R\$ 14.407 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 10.385 em 2017). O 'Caixa e equivalentes de caixa' são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating AAA, baseado na agência Fitch Ratings.
- **Contas a receber** - A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes. Detalhes sobre a concentração do contas a receber estão nas notas explicativas 10.
- **Financiamentos e fornecedores** - São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes passivos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado.

25 Provisão para contingências

A Companhia é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	<u>2018</u>			<u>2017</u>
	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Líquido
Trabalhistas	972	(136)	836	1.094
Tributárias	<u>2.656</u>	<u>(3.492)</u>	<u>(836)</u>	<u>(611)</u>
	<u>3.628</u>	<u>(3.628)</u>	<u>-</u>	<u>483</u>

Movimentação da provisão para contingências

	<u>2018</u>			
	Saldo	Adições a provisão	Utilização	Saldo
Trabalhistas	1.131	-	(159)	972
Tributárias	<u>2.430</u>	<u>226</u>	<u>-</u>	<u>2.656</u>
	<u>3.561</u>	<u>226</u>	<u>(159)</u>	<u>3.628</u>
	<u>2017</u>			
	Saldo	Adições a provisão	Utilização	Saldo
Trabalhistas	1.855	-	(724)	1.131
Tributárias	<u>1.651</u>	<u>779</u>	<u>-</u>	<u>2.430</u>
	<u>3.506</u>	<u>779</u>	<u>(724)</u>	<u>3.561</u>

Existem outras contingências passivas, com naturezas: tributárias, trabalhistas e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível ou remoto, no montante estimado de R\$ 4.149 (R\$ 2.759 em 2017), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

26 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros patrimonial está composta por R\$ 438.662 para danos materiais, sendo R\$ 346.645 para cobertura predial e R\$ 92.017 para cobertura de lucros cessantes.

27 Eventos subsequentes

Conforme descrito na nota explicativa 15(a) a Companhia obteve um *waiver* dos credores em outubro e novembro de 2019, em atendimento ao disposto no parágrafo 74 do pronunciamento técnico CPC 26 (R1) antes da emissão destas demonstrações financeiras.